

**COMPANHIA FORÇA E LUZ CATAGUAZES-LECPOLDINA**  
**COMPANHIA ABERTA**  
CNPJ/MF nº19.527.639/0001-58

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 12 DE AGOSTO DE 2003.

**DATA, HORA E LOCAL:** Aos doze dias do mês de agosto do ano 2003, às 10h15, na Avenida Presidente Vargas, nº 463 – 21º andar (parte), no Rio de Janeiro – RJ. **PRESENÇA:** A totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, tendo em vista a presença do suplente Edmundo Picucci em razão da ausência justificada do conselheiro Thomas Gregg Cauchois. **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Ivan Müller Botelho - presidente, Rodrigo Ulrich de Oliveira – secretário designado. **ORDEM DO DIA:** O senhor Presidente expôs que a presente reunião tem por objeto a re-ratificação de deliberações tomadas nas Reuniões do Conselho de Administração da Companhia, realizadas em 15 de maio e 10 de julho de 2003, relativas à 6ª Emissão Pública de Debêntures pela Companhia (a “Emissão”), conforme nova proposta da Diretoria. **DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE:** I. Aprovação da retificação de determinadas deliberações tomadas na Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 10 de julho de 2003, relativa à Emissão (a “RCA”), conforme segue: 1. Alterar o item 9 da RCA, que passa a vigorar conforme segue: “9. As Debêntures serão objeto de distribuição pública primária, sob regime de melhores esforços, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, por meio do SDT - Sistema de Distribuição de Títulos, administrado pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (“ANDIMA”) e operacionalizado pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (“CETIP”), utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13 de setembro de 1980. Serão atendidos, preferencialmente, os clientes do(s) coordenador(es) da emissão e de eventuais instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e devidamente autorizadas a operar no mercado de capitais, subcontratadas por esse(s) coordenador(es) (sujeitas à prévia comunicação por escrito à Companhia), não havendo reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica. Não haverá preferência para a subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Companhia.”; 2. Alterar o subitem “(ii)” do item 12 da RCA, que passará a vigor conforme segue: “(ii) com quaisquer créditos líquidos e certos que o Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A., Banco Schahin S.A., Banco Rural S.A., Banco Itaú S.A. e/ou Banco Santos S.A. detenham perante a Companhia, até o montante de R\$95.000.000,00 (noventa e cinco milhões de reais)”; 3. Alterar o item 12.3.3 da RCA, cuja redação passa a vigorar conforme segue: “12.3.3. Os pagamentos dos valores devidos pela Companhia aos debenturistas em razão da Remuneração das Debêntures de ambas as séries, apurada conforme estabelecido no item 10 acima, deverão ser realizados mensalmente, após o Período de Carência, nas mesmas datas de amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme disposto no item 12.3.2. acima.”; 4. Alterar o

item 15 “caput” da RCA, conforme segue: “15. Poderão ser declaradas antecipadamente vencidas todas as obrigações da Companhia relativas à respectiva Emissão e exigido o imediato pagamento pela Companhia do montante equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário de cada Debênture em circulação da Emissão, acrescido da Remuneração (acrescida do incremento de remuneração previsto no item 11 acima, se for o caso) e encargos aplicáveis, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última data de vencimento da Remuneração até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos:”; 5. Incluir o subitem “(e)” no item 15, conforme redação abaixo, renomeando-se os demais itens: “(e) declaração de vencimento antecipado das obrigações decorrentes de contratos que venham a ser garantidos pelo penhor de ações de emissão da CENF, tendo em vista o compartilhamento desse penhor, que poderá ocorrer nos termos do item 18.1. abaixo” 6. Alterar os subitens “(g)”, “(i)”, “(n)”, “(o)”, “(q)”, “(r)” e “(y)”, já devidamente renomeados também do item 15 da RCA, cuja redação passa a vigorar conforme segue: “(g) penhora legítima de quaisquer ativos (inclusive, mas não se limitando, a participações societárias e direitos creditórios) da Companhia ou de qualquer de suas Controladas Relevantes, em valor igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), desde que não cancelada no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua intimação;” “(i) inadimplemento, pela Companhia, pela GIPAR S.A. ou pela ITACATU S.A., de qualquer obrigação prevista na Escritura (inclusive com relação à violação ou inveracidade de qualquer das disposições constantes da Cláusula VII da Escritura), não sanada em 15 (quinze) dias, contados da ocorrência do respectivo evento, desde que não esteja previsto na Escritura prazo específico para a correção do inadimplemento;”; “(n) trânsito em julgado de uma ou mais decisões judiciais ou laudos arbitrais definitivos contra a Companhia e/ou contra qualquer de suas Controladas Relevantes que resulte(m) ou possa(m) resultar, em conjunto, em obrigação de pagamento para a Companhia ou por qualquer de suas Controladas Relevantes de valor igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), exceto se essa obrigação for paga nos termos e prazos estabelecidos na(s) decisão(ões) judicial(is) ou no(s) laudo(s) arbitral(is);”; “(o) ocorrência de qualquer incorporação, fusão, cisão, transformação ou qualquer outra reorganização societária da Companhia ou de suas Controladas Relevantes, seja esta reorganização estritamente societária ou realizada mediante disposição de ativos, exceto se tal reorganização societária: (A) (i) não afetar de qualquer forma a capacidade da Companhia de cumprir com suas obrigações decorrentes das Debêntures; (ii) não afetar de qualquer forma as garantias de que se beneficiam ou que venham a se beneficiar as Debêntures; e (iii) seja realizada entre empresas que controlem ou que sejam controladas, direta ou indiretamente, pela Companhia; ou (B) seja realizada para atendimento de determinação expressa da ANEEL, desde que: (i) não afete de qualquer forma a capacidade da Companhia de cumprir com suas obrigações decorrentes das Debêntures; (ii) não afete de qualquer forma as garantias de que se beneficiam ou que venham a se beneficiar as Debêntures; e (iii) seja realizada entre empresas que controlem ou que sejam controladas, direta ou indiretamente, pela Companhia;”; “(q) se qualquer das garantias constituídas



em favor dos Debenturistas, a qualquer tempo ou por qualquer motivo, perder sua eficácia ou deixar de estar em pleno vigor ou for declarada nula ou sua validade ou exequibilidade for impugnada, sem sua devida substituição em até 30 (trinta) dias após a emissão do respectivo Aviso de Recebimento - AR, relativo à notificação pelo Agente Fiduciário nesse sentido, conforme previsto na Escritura;"; "(r) se houver, a critério do Agente Fiduciário, a deterioração ou depreciação de quaisquer garantias constituídas em favor dos Debenturistas, sem seu devido reforço em até 45 (quarenta e cinco) dias após a emissão do respectivo Aviso de Recebimento - AR, relativo à notificação pelo Agente Fiduciário nesse sentido, conforme previsto na Escritura;"; "(y) alteração relevante na natureza dos negócios da Companhia, conforme conduzidos nesta data, bem como alteração na forma legal de seus negócios, conforme existam nesta data;"; 7. Alterar a definição de "Controladas Relevantes, conforme descrito no item 15 da RCA: "Para os fins do aqui disposto "Controladas Relevantes" significa as seguintes sociedades controladas, de forma direta ou indireta pela Companhia: CAT-LEO Energia S.A., Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A., Energisa S.A., Empresa Energética de Sergipe S.A. – Energipe, SAELPA - Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba, Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo – CENF, Companhia Energética da Borborema – CELB, PBPART Ltda. PBPART SE 1 S.A., PBPART SE 2 Ltda."; 8. Alterar a alínea (ii) do item 18.1 da RCA, conforme segue: "(ii) penhor de ações de emissão da CENF e de propriedade da Companhia, na forma estabelecida por meio de instrumento específico. A garantia representada pelo penhor sobre as ações da CENF poderá, desde que obtidas as autorizações legais e regulamentares necessárias, ser compartilhada, em igual grau de prioridade e de acordo com os mesmos termos e condições, com os credores abaixo relacionados e com referência aos créditos também a seguir especificados: (a) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES: crédito decorrente de financiamento a ser concedido à Empresa Energética de Sergipe S.A. – Energipe, no valor de até R\$335.000.000,00 (trezentos e trinta e cinco milhões de reais) relativos ao principal, acrescido de juros equivalentes a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP capitalizada de *spread* de 7% (sete por cento) ao ano, com vencimento final previsto para dezembro de 2007; e (b) Banco Rural S.A.: crédito decorrente de financiamento (podendo ser representado por meio de cédula de crédito bancário) a ser concedido à SAELPA – Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba no valor de até R\$26.000.000,00 (vinte e seis milhões de reais) relativos ao principal, acrescido de juros equivalentes à Taxa DI capitalizada de *spread* de 6% (seis por cento) ao ano, com vencimento final previsto para julho de 2006. Para fins do aqui disposto, os instrumentos por meio dos quais as garantias referidas neste item deverão ser constituídas serão conjuntamente denominados "Documentos de Garantia""; 9. Alterar o item 18.2 da RCA, conforme segue: "18.2. As Debêntures de ambas as séries desta Emissão também serão beneficiadas da constituição de uma conta reserva, conforme segue: até o dia seguinte à data de início da colocação das Debêntures, a Companhia obriga-se a constituir e manter até a data da efetiva liquidação da totalidade das Debêntures em circulação, uma conta reserva (a "Conta Reserva"), na qual serão depositados, a partir do dia útil imediatamente anterior ao encerramento do Período de Carência, recursos financeiros suficientes para o

pagamento de 3 (três) últimas parcelas vencidas relativas às Debêntures de ambas as séries, incluindo os valores relativos ao principal (Valor Nominal Unitário) e juros (Remuneração) (o "Saldo Mínimo"). A Conta Reserva somente poderá ser utilizada pela Companhia para efetuar pagamentos de juros e/ou amortização das Debêntures."; **10.** Alterar o "*caput*" do item 20.2 da RCA, conforme segue: 20.2. A apuração dos índices financeiros mencionados acima deverá ocorrer trimestralmente, com base no período dos 12 (doze) meses anteriores à data do respectivo trimestre de apuração. O saldo de Dívida da Companhia deverá ser o informado nas Informações Trimestrais consolidadas da Companhia. Exclusivamente nos casos em que o *spread* for aumentado nos termos do item 11 acima, a apuração (re-adequação) das obrigações da Companhia previstas neste item 20 poderá, a critério do Agente Fiduciário, ser baseada em um período de 6 (seis) meses anteriores à data de apuração.; **11.** Alterar o item 21 da RCA "*caput*", bem como dos subitens "(i)" ao "(vi)", "(ix)" e "(xiv)", além da exclusão do subitem "(xv)", conforme segue: **"21. Obrigações da Companhia:** A Companhia deverá obrigar-se a fazer o que segue:" "(i) manter válida a obrigação assumida por sua acionista Alliant Energy Holdings do Brasil Ltda., conforme carta datada de 15 de maio de 2003, no sentido de que essa acionista se obriga a utilizar, até a integral liquidação das Debêntures desta emissão, sempre que o índice Dívida Bruta Total/EBITDA da Companhia (apurado na forma do item 7.2., subitem "i" da Escritura) alcance um nível superior a 2,0 (dois inteiros), todo e qualquer valor por ela recebido da Companhia e/ou de suas controladas (diretas ou indiretas), oriundo da distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, para investimento em obras na Usina Termelétrica de Juiz de Fora para que passe a operar em ciclo combinado (gás e vapor); (ii) manter válida a obrigação assumida por sua acionista Alliant Energy Holdings do Brasil Ltda., conforme carta datada de 15 de maio de 2003, no sentido de que, até a integral liquidação das Debêntures desta Emissão, todas as Dívidas contraídas até 9 de julho de 2003 pela Companhia ou suas controladas (diretas ou indiretas) para com a Alliant Energy Holdings do Brasil Ltda. estejam sujeitas às seguintes condições: (a) quaisquer pagamentos com relação a referidas Dívidas devem ser imediatamente suspensos até que o índice Dívida Bruta Total/EBITDA da Companhia (apurado na forma do item 7.2., subitem "i" da Escritura) alcance um nível igual ou inferior a 2,0 (dois inteiros), exceto pagamentos que tenham por objetivo investimento em obras na Usina Termelétrica de Juiz de Fora para que passe a operar em ciclo combinado (gás e vapor) e (b) os encargos dessas Dívidas (incluindo, mas não se limitando, a juros e correção monetária, se houve) não devem ser superiores à Remuneração das Debêntures; (iii) manter válida a obrigação assumida por sua acionista Alliant Energy Holdings do Brasil Ltda., conforme carta datada de 15 de maio de 2003, no sentido de que quaisquer valores referentes a Dívidas contraídas pela Companhia ou suas controladas (diretas ou indiretas) para com a Alliant Energy Holdings do Brasil Ltda., a partir de 10 de julho de 2003 e até a integral liquidação das Debêntures não sejam devidos e tenham qualquer pagamento (incluindo, mas não se limitando, a principal, correção monetária, e juros) suspensos até que o seu índice Dívida Bruta Total/EBITDA (apurado na forma do item 7.2., subitem "i" da Escritura) alcance um nível igual ou inferior a 2,0 (dois inteiros), exceto que tenham por objetivo

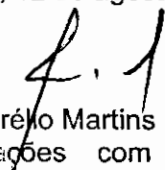
investimento em obras na Usina Termelétrica de Juiz de Fora para que passe a operar em ciclo combinado (gás e vapor); (iv) não realizar e fazer com que suas controladas (diretas ou indiretas) não realizem até a integral liquidação das Debêntures, quaisquer pagamentos a Alliant Energy Holdings do Brasil Ltda., a ITACATU S.A., a GIPAR S.A. e/ou aos controladores indiretos da GIPAR S.A., de quaisquer valores referentes a Dívidas contraídas até 9 de julho de 2003 junto a essas pessoas, até que o seu índice Dívida Bruta Total/EBITDA (apurado na forma do item 7.2., subitem "i" da Escritura) alcance um nível igual ou inferior a 2,0 (dois inteiros), exceto pagamentos à Alliant Energy Holdings do Brasil Ltda., ITACATU S.A., GIPAR S.A. e/ou aos controladores indiretos da GIPAR S.A., que tenham por objetivo investimento em obras na Usina Termelétrica de Juiz de Fora para que ela passe a operar em ciclo combinado (gás e vapor); (v) não realizar e fazer com que suas controladas (diretas ou indiretas) não realizem, até a integral liquidação das Debêntures, quaisquer pagamentos a Alliant Energy Holdings do Brasil Ltda., a ITACATU S.A., a GIPAR S.A. e/ou aos controladores indiretos da GIPAR S.A., de quaisquer valores referentes a Dívidas contraídas junto a essas pessoas, a partir de 10 de julho de 2003, até que o seu índice Dívida Bruta Total/EBITDA (apurado na forma do item 7.2., subitem "i" da Escritura) alcance um nível igual ou inferior a 2,0 (dois inteiros), exceto pagamentos à Alliant Energy Holdings do Brasil Ltda., ITACATU S.A., GIPAR S.A. e/ou aos controladores indiretos da GIPAR S.A., que tenham por objetivo investimento em obras na Usina Termelétrica de Juiz de Fora para que passe a operar em ciclo combinado (gás e vapor). (vi) não realizar e fazer com que suas controladas (diretas ou indiretas) não realizem, até a integral liquidação das Debêntures, quaisquer pagamentos de remuneração de Dívida contraída junto a Alliant Energy Holdings do Brasil Ltda., a ITACATU S.A., a GIPAR S.A. e/ou aos controladores indiretos da GIPAR S.A., acima da Remuneração das Debêntures;"; "(xi) não efetuar a distribuição de dividendos superiores ao mínimo obrigatório, bem como o pagamento de juros sobre capital próprio ou qualquer outra forma de distribuição de lucro, até a integral liquidação das Debêntures da presente Emissão;"; "(xiv) não pagar nem permitir que suas Controladas Relevantes paguem antecipadamente qualquer dívida (inclusive mas não se limitando às dívidas mencionadas no item 18.1, exceto: (a) a dívida decorrente da presente Emissão das Debêntures nas formas previstas na respectiva Escritura; (b) dívidas da Companhia e das Controladas Relevantes cujo pagamento antecipado tenham sido prévia e expressamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação da Emissão; ou (c) se o pagamento objetivar única e exclusivamente a substituição de dívida(s) da Companhia e/ou de suas Controladas Relevantes cujas condições de remuneração sejam mais onerosas que as condições de remuneração das Debêntures, por nova(s) dívida(s) que apresente(m) condições de remuneração menos onerosas que as condições de remuneração da dívida substituída e que seja(m) em valor, individual ou total com relação à Companhia e às suas Controladas Relevantes consideradas em conjunto, inferior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais)."; 12. Alterar o item 22 da RCA que passará a vigorar com a seguinte remuneração: "**Destinação dos Recursos:** Os recursos obtidos pela Companhia por meio desta Emissão serão aplicados para amortização de suas dívidas que vencerão em 2003 e para



formação de capital de giro da Companhia, conforme segue (considerando-se a colocação integral das Debêntures): (i) R\$95.000.000,00 para pagamento de dívidas; (ii) R\$30.000.000,00 para pagamento de outras obrigações da Companhia de curto prazo; e (iii) R\$5.000.000,00 para capital de giro.”; II. Ratificar as demais deliberações aprovadas na RCA, às quais as condições ora deliberadas passam a incorporar-se, substituindo-as em caso de divergência. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, a qual, lida e aprovada, foi assinada por mim, secretário designado e pelos Conselheiros presentes. Ass) Rodrigo Ulrich de Oliveira – secretário designado; ass) Ivan Müller Botelho – Presidente; ass) Ricardo Perez Botelho; ass) Omar Carneiro da Cunha Sobrinho; ass) Marcílio Marques Moreira; Felicia Leigh Bellows; ass) Carlos Eduardo Trois de Miranda; ass) Edmundo Picucci.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração da Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina.

Cataguazes, 12 de agosto de 2003.

  
Carlos Aurélio Martins Pimentel  
Gerente de Relações com Investidores da  
Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina

